



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.988, DE 2020

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral para impedir que o cancelamento do Título de Eleitor implique na suspensão do Cadastro de Pessoa Física.

Autores: Deputados ALEXIS FONTEYNE E ADRIANA VENTURA

Relator: Deputado GILSON MARQUES

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.988, de 2020, de autoria da Deputada Adriana Ventura e do Deputado Alexis Fonteyne altera o Código Eleitoral, de modo a determinar que o cancelamento do título eleitoral não acarrete a irregularidade ou a suspensão da inscrição da pessoa natural no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

De acordo com a justificativa da proposição, “não é razoável que o cidadão tenha toda sua vida tomada por restrições estatais quando há diversas outras medidas que podem ser tomadas para garantir o comparecimento às eleições”.

O Projeto tramita em regime de prioridade e está sujeito à apreciação pelo Plenário desta Casa, tendo sido distribuído às Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Na CFT, a proposição recebeu parecer pela não implicação em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, e, no mérito, pela sua aprovação, na forma de substitutivo que estabeleceu que a inscrição no CPF ou a sua regularidade não poderão ser condicionadas à regularidade eleitoral da pessoa





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

Apresentação: 06/08/2024 19:07:04.880 - CCJC
PRL 2 CCJC => PL 2988/2020

PRL n.2

natural. Promoveu, portanto, uma desvinculação mais ampla entre o cadastro fiscal e o sistema eleitoral.

Nesse contexto, o projeto vem à CCJC, para a análise da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e do mérito da proposição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Atualmente o art. 3º do Decreto-Lei nº 401/1968 estabelece que a comprovação da regularidade do CPF pode ser exigida para a prática de determinados atos da vida civil, sendo que, na forma do art. 16 da Lei nº 9.779/1999 e do art. 32 do Decreto nº 9.580/2018, a Receita Federal do Brasil (RFB) poderá dispor sobre o tema.

Nesse sentido, o Anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1.548/2015 determinou que o título de eleitor seria documento necessário à inscrição da pessoa natural maior de 18 anos no CPF, bem como que o cancelamento do título seria causa de inconsistência cadastral, acarretando a suspensão da inscrição até a regularização da situação.

Conforme indicado pelo parecer aprovado pela CFT, a imposição de restrições ao cadastro fiscal da pessoa física deve estar relacionada a aspectos que efetivamente comprometam a atividade dos órgãos de fiscalização tributária.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal tem diversos precedentes que vedam a adoção de medidas de suspensão ou o cancelamento de cadastro fiscal por motivos não razoáveis, tais como o inadimplemento fiscal, sob fundamento de que as ingerências estatais sobre os direitos fundamentais devem ser adequadas, necessárias e proporcionais.

Assim, sob a perspectiva do devido processo legal – nele compreendida a atividade normativa exercida pela Receita Federal –, a suspensão do CPF por motivos de irregularidade eleitoral seria uma ingerência excessiva do Estado sobre a liberdade dos indivíduos, se mostrando (i) inadequada, pois o





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

Apresentação: 06/08/2024 19:07:04.880 - CCJC
PRL 2 CCJC => PL 2988/2020

PRL n.2

descumprimento de regra eleitoral não tem repercussão sobre a relação tributária entre o Estado e o contribuinte; (ii) desnecessária, pois há outros meios de estimular os cidadãos a manterem a regularidade eleitoral; e (iii) desproporcional, porque eventuais ganhos decorrentes da imposição tratada não compensam os seus ônus para o contribuinte, como o impedimento da realização de determinados atos da vida civil.

Ademais, como se depreende do valor pouco expressivo da multa prevista no art. 7º do Código Eleitoral, o principal critério adotado pela legislação no tratamento do tema tem sido o da conscientização do administrado quanto à importância do exercício de seu direito, ao passo que as exigências que justificam a criação de requisitos para a expedição dos documentos fiscais guardam relação mais próxima com a necessidade de viabilizar atividades de fiscalização e controle patrimonial.

Ao misturar regras e critérios muito diferentes, o tratamento do tema pela Receita Federal possibilita que se introduzam no ordenamento jurídico restrições que pouco agregam sob a perspectiva fiscal e eleitoral, e cuja consequência prática é apenas a de penalizar duplamente o cidadão pelo não exercício de um direito.

Nesse sentido, não convém manter lacuna legislativa em relação ao tratamento da matéria, por se tratar de tema muito sensível ao exercício dos direitos constitucionais.

Por tais razões, **no mérito**, entendemos que o projeto sob análise deve ser aprovado, na forma do substitutivo apresentado pela CFT.

Por outro lado, quanto à **constitucionalidade** do projeto e do substitutivo da CFT, cabe esclarecer que foram obedecidos os ditames constitucionais relativos à competência legislativa da União (CF, art. 24, I), sendo atribuição do Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48, I), mediante iniciativa legislativa concorrente (CF, art. 61, *caput*).





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

Apresentação: 06/08/2024 19:07:04.880 - CCJC
PRL 2 CCJC => PL 2988/2020
PRL n.2

Quanto à constitucionalidade material, verificamos que o projeto de lei em análise e o substitutivo proposto não afrontam dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Quanto à **juridicidade** da matéria, entendemos que o referido projeto e o substitutivo da CFT são jurídicos, pois se harmonizam com o ordenamento pátrio em vigor, não violam qualquer princípio geral do Direito, além de possuírem os atributos próprios a uma norma jurídica (novidade, abstração, generalidade, imperatividade e coercibilidade).

No tocante à **técnica legislativa**, o texto proposto e o substitutivo se amoldam aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, alteração e consolidação das leis.

Em face do exposto, votamos **(i)** pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.988, de 2020, e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação; e **(ii)** pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.988, de 2020, na forma do referido Substitutivo da CFT.

Sala da Comissão, em 06 de agosto de 2024.

Deputado GILSON MARQUES
Relator

